



*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
*Estado de São Paulo*

REQUERIMENTO	APROVADO
21	SESSÃO
DATA 26/06/18	
PRESIDENTE	

**Sr. Presidente:**  
**Sras. Vereadoras,**  
**Srs. Vereadores.**

## **Requerimento**

236/18

A educação básica compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, e tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, contribuindo para a redução das desigualdades sociais.

A universalização da educação básica constitui uma das diretrizes do Plano Nacional de Educação 2011-2020, consubstanciado no Projeto de Lei nº 8.035/2010, em tramitação no Congresso Nacional.

Está em discussão na Comissão de Educação da Câmara Federal, proposta dos pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), recomendando uma maior participação do governo federal na educação infantil brasileira.

O estudo aponta como principal objetivo, melhorar a preparação inicial das crianças brasileiras e o seu consequente desempenho escolar nos anos seguintes.



*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande  
Estado de São Paulo*

Para se concretizar a melhora no desempenho, a União entraria no sistema colaborando com o financiamento e auxílio técnico, fortalecendo o sistema de avaliação estadual, bonificando os melhores resultados e capacitando os gestores públicos de educação e os professores.

Diante do Exposto, REQUEIRO à mesa ouvido o colendo plenário e satisfeita todas as formalidades regimentais que seja enviado ofício, ao Exmo. Deputado Federal Pedro Cunha Lima, apoiando esse estudo.

Praia Grande, 26 de Junho de 2018  
Sala emancipador Oswaldo Toschi

Roberto Andrade e Silva  
Betinho  
Vereador

26/04/2018 - 19h11

01/05/18

# Secretários estaduais defendem destinação de recursos de loterias para o esporte de base

12/04/2018  
APoio

Tema foi discutido em audiência pública da Comissão do Esporte

Secretários estaduais de Esportes e Educação defenderam, em audiência na Câmara dos Deputados, a aprovação do projeto de lei (PL 6718/16) que redistribui os recursos provenientes das loterias federais para o esporte de base. Conforme a proposta, essas verbas irão diretamente para os desportos praticados em todas as fases da educação básica e nas universidades, diminuindo o montante para o alto rendimento.

Participaram do debate da Comissão do Esporte, realizado na terça-feira (24), representantes das secretarias de Minas Gerais, Bahia, Ceará, Sergipe, Roraima e Alagoas.

Secretária de Esporte, Lazer e Juventude de Alagoas, Cláudia Petuba destacou que os investimentos em esportes de base têm benefícios maiores para toda a sociedade: "É uma forma de elevar a qualidade de vida da população como um todo, reduzindo o sedentarismo e, consequentemente, os gastos públicos com saúde. Além disso, a prática desportiva atua no combate à violência".

Autora do requerimento para a audiência, a deputada Flávia Morais (PDT-GO) também ressaltou o impacto social do esporte de base. "Grande parte das mazelas sociais brasileiras são causadas pela falta de oportunidades para os nossos jovens. O esporte é fundamental no processo de formação cidadã", disse.



Alex Ferreira/Câmara dos Deputados

Relator da proposta, Fábio Mitidieri quer mais transparência na aplicação das verbas

## Transparência

Atualmente, são destinados aos esportes 2,7% dos recursos brutos das loterias federais, cerca de R\$ 800 milhões anuais. Desse total, 63% vão para o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e 37% para o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB). A proposta repassa diretamente para a Confederação Brasileira de Desporto Escolar 20% desse montante, ou algo em torno de R\$ 160 milhões. Já para a Confederação Brasileira de Desporto Universitário, o projeto prevê 10% do total, aproximadamente R\$ 80 milhões.

Como há dificuldades para verificar a aplicação correta dos recursos, o relator da matéria, deputado Fábio Mitidieri (PSD-SE) defende maior rigor na fiscalização. "Acabei, no parecer que apresentei aos parlamentares, sugestões do Tribunal de Contas da União (TCU) para aumentar a transparência na utilização do dinheiro", informou.

Fábio Mitidieri acredita que o texto poderá ser votado na Comissão do Esporte no início de maio.

## ÍNTEGRA DA PROPOSTA:

- PL-6718/2016

Reportagem - Newton Araújo

Edição - Marcelo Oliveira

A reprodução das notícias é autorizada desde que contenha a assinatura 'Agência Câmara Notícias'